

GÊNERO NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS: REFLEXÕES SOBRE REPRESENTAÇÕES, PODER E RESISTÊNCIA.

Karoline Ribeiro Rabelo¹

Rozane Alonso Alves²

RESUMO

Temos tencionado as problematizações que envolvem a questão de Gênero no campo do Estudos Culturais. Na medida em que ampliamos nossos direcionamentos, indagamos as discussões sobre ambivalência, sutura, representação e a subalternidade como eixo que transita na produção dos modos de ser por meio das experiências de si que constituem as identidades de gênero. Como, nas dinâmicas sociais, ocorrem as suturas, as negociações, a representação de si e do outro? Quais narrativas de si têm sido debatidas sobre Gênero e sexualidade que, negociadas com o Campo dos Estudos Culturais, nos auxiliam, como pesquisadoras, a perceber jogos discursivos que constituem identidade e diferença? É mediante tais questionamentos que, neste excerto, discutiremos elementos que nos auxiliam a construir narrativas teóricas-metodológicas que se articulam a proposta de dissertação de Mestrado que olha como as políticas e práticas pedagógicas no Sul do Amazonas têm estabelecido suturas no contexto de sala de aula. Os Estudos Culturais, como campo fluído, polissêmico e ambivalente, nos auxilia a deslizar nos 'entre-lugares' que constituem a escola a narrativa política sobre gênero e suas questões no âmbito escolar. Por meio de levantamentos daquilo que já foi tencionado (revisão de literatura) propomos estabelecer as ambivalências sobre gênero como conteúdo curricular e as funcionalidades dada pelas políticas públicas à escola para o debate que constituem novos olhares na produção de identidades/diferenças em seu contexto.

Palavras-chave: Sexualidade, Marginalidade, Identidade, Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

“Se os Estudos Culturais têm sido caracterizados como saberes nômades, polimórficos, transgressivos, antropofágicos e plurais, pode-se afirmar que eles também são marcados pela marginalidade”, Bonin et al (2020). Para os autores da obra Por que, Estudos Culturais? Há uma apresentação bastante singular dos contextos aos quais se investiga a relação da cultura com a sociedade.

Essa relação entre sociedade e cultura se acentua por uma série de ressignificações, tais como sendo "saberes nômades", ou seja, não tiveram uma base teórica fixa, "polimórficos", isto é, abrangem uma variedade de formas culturais, "transgressivos", sendo assim, desafiam normas e limites, "antropofágicos", de forma que incorporam e transformam outras culturas e "plurais", que por sua vez, reconhecem a diversidade cultural.

Silva (2017) aborda ainda que os estudos culturais se subdividem de acordo com uma série variada de perspectivas teóricas e de influências disciplinares. Além de uma

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas- UFAM, karolrabello@gmail.com

² Professora Orientadora: Doutora da Universidade Federal do Amazonas - UFAM

contextualização histórica dos estudos culturais, também há um adentro sobre os primeiros passos para compreender como essa corrente filosófica se constituiu até chegar no presente momento.

O campo de teorização e investigação que se denomina como estudos culturais, teve seu impulso em 1964, no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, a partir da necessidade de compreensão da realidade cultural britânica, já que por sua vez, está possuía uma visão burguesa e elitista do termo cultura.

Esses, por sua vez, têm se preocupado em investigar como as estruturas sociais influenciam e são influenciadas pelas produções culturais, incluindo questões relacionadas a raça, classe, gênero, sexualidade, entre outras dimensões da identidade. Nesse sentido, é possível entender a marginalidade como uma condição que resulta de relações de poder desiguais que permeiam as práticas culturais. Por exemplo, podemos abordar como a marginalidade se relaciona com as formas de poder e como isso se manifesta nas práticas culturais.

Também pode-se pensar na diversidade em relação à história e à geografia dos Estudos Culturais. Embora o campo tenha surgido em meados do século XX no Reino Unido, ele se seguiu pelo mundo e se adaptou a diferentes contextos culturais e políticos. Em muitos lugares, os Estudos Culturais foram associados como uma forma de resistência e crítica aos discursos hegemônicos da cultura dominante, muitas vezes ao marginalizar as vozes e perspectivas de minorias culturais.

No que se refere às questões de gênero, os Estudos Culturais têm sido um espaço importante para a crítica e a desconstrução das normas de gênero que permeiam as práticas culturais e a vida social. Os Estudos Culturais de gênero têm se concentrado em examinar como as identidades de gênero são constituídas, como as relações de gênero são negociadas e como as formas de poder de gênero são incorporadas na sociedade. Isso inclui o estudo das representações de gênero na mídia, uma análise das práticas culturais que reforçam ou desafiam as normas de gênero e a compreensão das formas como as experiências de gênero são vivenciadas e negociadas em diferentes contextos sociais.

Tanto a diversidade quanto as questões de gênero estão relacionadas à marginalidade nos Estudos Culturais. Isso porque, historicamente, as práticas culturais e as identidades culturais que são marginalizadas ou sub-representadas na cultura muitas vezes são associadas à diversidade cultural e à transgressão das normas de gênero. Nesse sentido, os Estudos Culturais têm um papel importante em dar voz e visibilidade a essas práticas e identidades e em questionar as formas de poder que as marginalizam.

METODOLOGIA

O presente artigo é de cunho qualitativo, que utilizou da revisão de leitura como fundamentação teórica e metodológica. É válido ressaltar que uma pesquisa bibliográfica constitui uma atividade fundamental na busca de conhecimento, uma vez que permite a investigação e análise crítica de materiais teóricos relevantes para a compreensão de um determinado tema de interesse.

Considerando, no entanto, que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta com o uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levemos investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. Nesse sentido, acreditamos que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. (Godoy, p. 21. 1995)

Essa prática antecede o estabelecimento de um problema ou questionamento que funcionará como ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa, permitindo a delimitação adequada do escopo e do objetivo do estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

CONCEITO DE GÊNERO NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS

Scott (1995) aborda o conceito de gênero como “produto de um proveitoso trabalho de mulheres inseridas no movimento feminista”, já que, conforme afirma, não se liga ao determinismo biológico. Já Louro (1997) apresenta, um conceito que pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas, como são "trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico, o que é não somente uma contemplação mais abrangente, mas um aprofundamento sobre a compreensão de como se constitui, entende e significa gênero.

Ao debatermos o papel do gênero na sociedade, faz-se necessário compreender sua suposta supremacia ligada “origem biológica” e enfatizar sua natureza construída socialmente e historicamente. Louro (1997) enfatiza que as justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade e nas formas de representação.

A perspectiva pós-crítica convida ao reconhecimento que a categoria do gênero é uma construção política que pode ser questionada e desconstruída para dar lugar a outras formas de expressão da sexualidade e da identidade. Ao focalizar-se no caráter "essencialmente social"

do gênero, é possível compreender que ele é um fenômeno histórico e cultural, cujas significações e práticas são reiventadas pelas relações de poder e pelas dinâmicas sociais que atravessam a sociedade. Nesse sentido, enfatizar a construção social e histórica do gênero é uma forma de desnaturalizar as desigualdades de gênero, de questionar as normas e padrões que hierarquizam as identidades sexuais e de abrir espaço para outras formas de expressão da sexualidade e da identidade.

Já que, conforme apresenta Louro (1997)

Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o. O sujeito é brasileiro, negro, homem, etc. Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições "fabricam" os sujeitos. (LOURO, p. 19. 1997)

Ao desconstruir o gênero, abre-se espaço para o incorporado de novas formas de subjetividade, que rompem com os moldes binários e heteronormativos que foram historicamente impostos às identidades sexuais.

O estudo de Jeffrey Weeks (1993) destaca a complexidade da sexualidade e como ela é construída através de palavras, imagens, rituais e fantasias, além do corpo. A identidade sexual dos sujeitos, portanto, é entendida pelas formas como vive sua sexualidade, seja com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Os sujeitos também se identificam social e historicamente como masculinos ou femininos, e assim constroem suas identidades de gênero.

GÊNERO E PERFORMANCE: FORMAS DE REPRESENTAÇÃO NA CULTURA CONTEMPORÂNEA

A representação é um “instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar como ele é”, de acordo com Char-tier (1990). Para Ginzburg (2001) o conceito aponta significações múltiplas, entre elas, para o ato de fazer as vezes da realidade representada; ou para o de tornar uma realidade visível, exigindo-lhe a presença.

O conceito de representação implica em dar voz e visibilidade a outrem, como apontado por Char-tier (1990), mas também pode significar falar em nome do outro. Nesse sentido, é preciso reconhecer que aqueles que se sentem no direito de falar em nome de outros grupos se investem de poderes legitimados pelas circunstâncias que ocupam na sociedade, tais como classe, raça e gênero. O sujeito que ocupa uma posição de poder torna-se o centro e a

referência do discurso proferido, o que pode levar a uma imposição de suas próprias perspectivas e uma sub-representação das vozes dos outros.

Bourdieu (1998), corrobora com uma das principais problemáticas que envolvem a questão da representação, já que traz as imposições e lutas pelo monopólio da visão legítima do mundo social, como ponto de debate. Em vista da complexidade do processo de representação, é possível constatar que a identidade de um sujeito ou objeto representado muitas vezes se restringe à sua aparência externa, escondendo-se por trás de múltiplas construções intelectuais que, por sua vez, acabam por construir de forma contraditória a realidade em questão.

Este fenômeno, revela a ambiguidade e a subjetividade inerentes à representação, bem como a necessidade de se adotar uma abordagem crítica e reflexiva em relação aos processos de produção e interpretação das imagens e discursos que nos cercam.

Ao perceber uma análise mais aprofundada dentro da cultura, é possível inserir meio de reprodução de um discurso que representava uma parcela da população, em aspectos literários, ao longo dos anos as obras de escritoras eram frequentemente rotuladas como inferiores ou menos relevantes, relegadas a espaços secundários e menos prestigiados na cena literária. Enquanto isso, os discursos dominantes da época, produzidos por homens brancos e de classe privilegiada, recebiam maior destaque e reconhecimento.

Zolin (2010) aborda a representação de gênero em sua obra e pontua transições interessantes, que perpassam de uma realidade para outra, afim de explicar a necessidade de mudar de perspectiva. Como fica visível:

Em *Lucíola*, de José de Alencar, por exemplo, Lúcia transita da menina inocente à prostituta imoral, para posteriormente regenerar-se, encarnando a mulher-anjo, capaz de se sacrificar pelo bem dos que a cercam. Em *Dom Casmurro*, Capitu é, na visão do marido Bento, uma sedutora imoral e dissimulada, capaz de traí-lo com seu melhor amigo. Já em *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, Madalena suicida-se por não ter como vivenciar sua ideologia socialista junto ao marido capitalista e autoritário. (ZOLIN, p. 189, 2010)

A questão exemplifica a representação de personagens femininas na literatura brasileira do século XIX e XX. É possível observar que a construção das personagens não é baseada somente em suas individualidades, mas também em uma série de valores culturais, sociais e históricos que permeiam a sociedade na qual estão inseridos.

Em *Lucíola* (1862), Lúcia é apresentada como uma personagem que transita por diferentes papéis sociais, indo da inocência à prostituição e, posteriormente, à independência. Essa transformação representa a construção de um ideal de mulher que, mesmo tendo passado por dificuldades e imoralidades, se redime e se torna um exemplo de virtude.

Em Dom Casmurro (1899), Capitu é vista através da perspectiva de seu marido Bento, que acredita que ela seja uma sedutora imoral e dissimulada. Essa representação reflete os valores patriarcais da sociedade da época, que colocavam a mulher em uma posição subordinada e que muitas vezes a culpavam por transgressões masculinas.

Já em São Bernardo (1934) Madalena é uma personagem que luta por seus ideais socialistas em uma sociedade capitalista e autoritária. Sua morte simboliza a impossibilidade de conciliação entre esses dois universos e a falta de liberdade da mulher em relação à sua própria vida.

Nesse sentido, pode-se observar que a construção das personagens femininas na literatura brasileira do século XIX e XX é marcada por valores culturais e sociais que restringem suas possibilidades de existência o que permite refletir sobre esses valores e como eles influenciam na construção de identidades e subjetividades.

É possível constatar que a representação de gênero na cultura contemporânea é marcada por um processo complexo de construção e desconstrução de identidades. Nesse contexto, a literatura se apresenta como uma expressão artística que, meados do século passado, foi até dominada por discursos hegemônicos, silenciando produções provenientes de segmentos sociais desautorizados.

No entanto, é importante destacar que a literatura não é a única forma de expressão cultural que reflete e influencia as representações de gênero na sociedade contemporânea. Diversos elementos culturais, como filmes, séries, músicas, artes plásticas e digitais, são capazes de produzir e fortalecer estereótipos e padrões comportamentais que aprenderam para a manutenção de obediências e desigualdades de gênero.

Por outro lado, esses mesmos elementos culturais também têm o potencial de subverter e questionar esses padrões, promovendo uma desconstrução das identidades e valorizando a diversidade de expressões de gênero. Dessa forma, é possível afirmar que a cultura contemporânea é um campo de batalha simbólica, no qual as diferentes representações de gênero disputam espaços e significados, refletindo e influenciando a complexidade das relações de poder na sociedade.

A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO SUJEITO: REFLEXÕES A PARTIR DA TEORIA QUEER

Miranda e Garcia (2020) trazem que a Teoria Queer surgiu no intuito de questionar, problematizar, transformar, radicalizar e ativar uma minoria excluída da sociedade centralizadora e heteronormativa.

Couto e Louro (2004) traz

Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante- homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser integrado e muito menos tolerado. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro e nem o quer como referências; um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do entre lugares, do indecível. Queer é um corpo estranho que incomoda perturba, provoca e fascina. (COUTO e LOURO. p. 7-8, 2004)

Essa marginalização se manifesta por meio de estereótipos e preconceitos que são associados à sua identidade social. Essa associação pode resultar na descredibilização ou desvalorização social do indivíduo, fazendo com que ele seja considerado inferior em relação a outros membros da sociedade. Tal fenômeno é conhecido como estigmatização, que consiste na incorporação de atributos desvalorizados na identidade social de um indivíduo, que pode desacreditá-lo e depreciá-lo em interações sociais.

“O sujeito” é uma questão crucial para a política, e particularmente para a política feminista, pois os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que não “aparecem”, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento (BUTLER, p. 20,21. 2003)

Ao adentrar no debate de gênero e sexualidade, é possível afirmar que a subversão da ordem social através de práticas homossexuais resulta em uma invisibilização e estigmatização dos indivíduos envolvidos. Tal estigma é composto por um conjunto de atributos inscritos na identidade social do indivíduo, que podem ser utilizados em uma interação para desacreditá-lo e depreciá-lo, tornando-o inferior na hierarquia social. Dessa forma, os homossexuais se veem marginalizados e excluídos das normas regulatórias da sociedade, sofrendo com a rejeição e a discriminação social. Essa condição pode ser compreendida como uma construção social, uma vez que as normas e valores são definidos culturalmente e podem variar ao longo do tempo e do espaço.

As minorias nunca poderiam se traduzir como uma inferioridade numérica, mas sim como maiorias silenciosas que, ao se politizar, convertem o gueto em território e o estigma em orgulho – gay, étnico, de gênero. Sua visibilidade tem efeitos contraditórios: por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar crescente aceitação da pluralidade sexual e, até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais; por outro, setores tradicionais renovam seus ataques, realizando desde campanhas de retomadas de valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física. (LOURO. p. 139, 1997)

O discurso dominante produz uma hierarquização de identidades, impondo normas e padrões que são usados para avaliar e classificar os sujeitos em categorias socialmente construídas. Nesse sentido, a marginalização das identidades queer é uma forma de resistência

às estruturas normativas, que têm o poder de excluir e silenciar aqueles que não se enquadram nas categorias dominantes.

O embate entre as minorias sexuais e os grupos conservadores é resultado da luta pela hegemonia no discurso cultural e político, em que as minorias buscam ampliar o espaço de suas identidades e demandas, enquanto os grupos conservadores resistem à mudança e à diversidade. No entanto, a dominação atribuída aos grupos conservadores é questionável, uma vez que se baseia em valores e normas construídas historicamente e que podem ser desafiadas e transformadas pelo meio da luta política e cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto apresenta diversas reflexões e discussões sobre o conceito de gênero e sua relação com a construção social e histórica das identidades sexuais. As autoras Joan Scott e Louro enfatizam que o gênero não deve ser entendido como algo determinado pela biologia, mas sim como uma construção social que é moldada pelas relações de poder e pelas dinâmicas sociais que atravessam a sociedade.

Ao desnaturalizar as desigualdades de gênero e questionar as normas e padrões que hierarquizam as identidades sexuais, abre-se espaço para o envolvimento de novas formas de subjetividade que rompem com os moldes binários e heteronormativos que foram impostos historicamente às identidades sexuais. Nesse sentido, é importante entender que a identidade sexual dos sujeitos é construída social e historicamente através de palavras, imagens, rituais, fantasias e também do corpo.

A perspectiva pós-crítica convida à reflexão sobre como a categoria do gênero é uma construção política que pode ser questionada e desconstruída para dar lugar a outras formas de expressão da sexualidade e da identidade. O gênero, assim como outras categorias identitárias como a etnia, a classe e a nacionalidade, constitui o sujeito e é constituído por ele. As práticas e instituições sociais "fabricam" os sujeitos e, por isso, é necessário problematizar as desigualdades de gênero presentes nessas instituições e práticas.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido com apoio do Governo do Estado do Amazonas por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, com a concessão de bolsa de estudo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior – Brasil – CAPES.

REFERÊNCIAS

BORDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BONIN, Iara Tatiana; RIPOLL, Daniela; WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; SANTOS, Luis Henrique Sacchi dos. Por Que Estudos Culturais?. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 2, e100356, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236100356>

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COUTO, E. S. LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. ISBN 8575261169. *Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade*, [S. l.], v. 12, n. 11, 2007. DOI: 10.9771/2317-1219rf.v12i11.2771. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/2771>. Acesso em: 21 maio. 2023.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre práticas e representações*, Lisboa: DIFEL, 1990.

MIRANDA, O. C.; GARCIA, P. C. A Teoria Queer com representação da cultura de uma minoria. In: *EBE CULT -ENCONTRO BAIANO DE ESTUDOS EM CULTURA*, 3.,2012, Cachoeiras. Anaisdo...Cachoeira, 2012. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/A-teoria-queer-como-representa%C3%A7ao-da-cultura-de-uma-minoria.pdf>. Acesso em: 20. Abril de 2023.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira. Nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.85- 103.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2017

SCOTT, J. (2017). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2). v. 20 n. 2 (1995).

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

WEEKS, Jeffrey. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 1993.

ZOLIN, L. O. **Questões De Gênero e de Representação na Contemporaneidade**. Letras, [S. l.], n. 41, p. 183–195, 2010. DOI: 10.5902/2176148512166. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/12166>. Acesso em: 21 maio. 2023.